

Governo busca saída

Domingo, 11 de junho de 1989

da crise no FMI

MÔNICA MAGNAVITA

Há 30 anos, mais precisamente em 17 de junho de 1959, o Brasil suspendeu as negociações com o Fundo Monetário Internacional, no Governo do então Presidente Juscelino Kubitschek. Naquela ocasião, a decisão foi anunciada com grande estardalhaço e habilmente utilizada por JK como instrumento político. Deu certo. O FMI, ligado à austeridade, era uma pedra no sapato do discurso desenvolvimentista de Juscelino. Hoje, o Brasil também corre o risco de não fechar um acordo com o Fundo, mas a diferença é que o Governo atual fará tudo para evitar esse desfecho.

Os motivos são mais do que convincentes: riscos de moratória externa (que poderia alavancar uma outra interna), instabilidade econômica e política. Pela primeira vez há um consenso de que fechar um acordo com o FMI é a melhor coisa que o Governo Sarney pode fazer neste momento, pelos efeitos calmantes que isso traria para o País. De acordo com o economista Francisco Eduardo Pires de Souza, do Instituto de Economia Industrial, da UFRJ, o antigo conflito "crescer ou conter a inflação" (que motivou as discussões nas décadas anteriores e até mesmo nessa) foi ultrapassado pela gravidade da crise de descontrole que o País está atravessando.

— O lado negativo de um acordo com o FMI não está mais incomodando ninguém — disse Pires de Souza, ele próprio um antigo crítico das políticas do Fundo. — Ao contrário, um acerto neste momento iria esfriar a temperatura da crise.

Isso, porque sem um acordo com o



Juscelino preferiu o rompimento

FMI, o Brasil não verá a cor do dinheiro do Banco Mundial, do Fundo Nakasone ou dos bancos privados este ano. Sem o ingresso destes recursos, e diante da proximidade dos elevados pagamentos que o País terá de fazer em setembro, os riscos de uma crise cambial estão próximos. Ou paga-se assim mesmo, usando as reservas, ou avisa-se os credores que o País não tem condições de liberar mais um centavo.

Além do impasse sobre o ingresso de recursos externos, o economista lembra que a remessa de lucros e dividendos este ano é maior do que em 1988. Tanto pela incerteza política e econômica quanto pela atração que o passeio destes dólares (saem do País pelo câmbio oficial e voltam pelo paralelo) exerce sobre as empresas. O ágio de 150% compensa a desvantagem que as companhias têm em não poder registrar este dinheiro ilegal, ficando impedidas de remetê-lo para o exterior como lucro.

A possibilidade de que o saldo comercial fique muito abaixo do espe-

rado é outro fator de preocupação, já que o superávit (diferença positiva entre exportações e importações) aumenta as reservas cambiais do País. Com a defasagem do câmbio (39% medida pelo IGP desde março de 86), as companhias de comércio exterior tenderão a superfaturar importações e subfaturar as vendas externas. Mesmo com a indexação do câmbio ao IGP, observa Pires de Souza, num processo de aceleração da inflação a correção fica sempre atrás.

O problema de uma crise cambial em setembro é que se o País tiver de honrar seus compromissos externos usando para isso as reservas do País (de US\$ 6,5 bilhões) a cotação do dólar paralelo deve disparar. Com isso, o Governo será obrigado a partir para uma desvalorização acentuada do cruzado, aumentando a pressão sobre a inflação. Em outras palavras, será impossível conter a escalada de preços diante de uma máxi.

A situação atual difere tanto das anteriores que até mesmo o FMI já deu sinais do interesse em resolver esta questão com o Brasil. A mudança de conceitos para o déficit público, que passou de operacional para primário, é um sinal claro dessa "boa-vontade". Pelo critério anterior (déficit operacional) entrava nas contas públicas os juros da dívida interna e externa.

A previsão para este ano é que o rombo do Governo chegue a 8% do PIB. No conceito primário, mede-se apenas o valor que o Tesouro tem em caixa e este fluxo pode ser administrado sem problemas pelo Governo, o que dá um resultado bem mais satisfatório. Mas apesar dessas modificações, os indicadores econômicos do País dificilmente se encaixarão nos programas do FMI.